

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.293 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2001

Chefe do Executivo pode ter que renunciar para disputar reeleição

Plenário acolhe em primeiro turno proposta de emenda constitucional de Nabor Júnior determinando que presidente da República, governadores e prefeitos devem deixar o cargo seis meses antes da eleição se quiserem concorrer a novo mandato



O Plenário registrou 50 votos favoráveis, 22 contrários e uma abstenção ao aprovar a desincompatibilização de detentores de mandato no Executivo

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, proposta do senador Nabor Júnior que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem concorrer à reeleição. Nabor argumenta que a medida evitará que os chefes do Executivo usem a máquina em seu favor. Também foi aprovado projeto de Antero Paes de Barros determinando que senador no meio do mandato não poderá disputar eleição para o Senado.

PÁGINA 3



Relator denuncia nepotismo na federação mineira

PÁGINA 8

CAS aprova programa para trabalhador prejudicado pela seca

PÁGINA 9



A Comissão de Assuntos Sociais também aprovou tratamento igual para homens e mulheres quanto ao pagamento de horas extras



CPI da Corrupção

Parlamentares entregam requerimento a Jader

Foi entregue ontem ao presidente do Congresso Nacional, senador Jader Barbalho, o pedido de instalação da CPI da Corrupção.

O documento entregue pelos parlamentares é assinado por 183 deputados e 29 senadores

PÁGINAS 5 A 7

Plenário vota PEC que acaba com guerra fiscal

A proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Waldeck Ornélas, determina que as alíquotas de ICMS vigentes em cada estado não poderão ser superiores às cobradas entre as unidades da Federação

O Plenário do Senado realiza hoje a segunda e última votação da proposta de emenda à Constituição destinada a pôr fim à guerra fiscal – redução de impostos para atrair empresas – entre os estados. A PEC, do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), prevê que caberá ao Senado estabelecer em resolução as condições para que os estados possam conceder incentivo fiscal. A proposta esteve na pauta do dia 18 de abril, mas a votação foi adiada para hoje.

Se aprovada, a emenda constitucional será remetida imediatamente à apreciação da Câmara, que também a votará duas vezes. São necessários, para ser acolhida na Câmara, três quintos dos votos dos 513 deputados. Se a proposta receber o voto favorável dos deputados, o Senado terá ainda de votar resolução com as normas para concessão dos incentivos.

Até que seja votada a resolução, os estados continuarão com sua guerra. Só depois disso é que poderemos dizer que o assunto está resolvido –

afirma o senador Waldeck Ornélas.

A emenda acrescenta, entre outros itens, algumas frases ao artigo 155 da Constituição, estabelecendo que resolução definirá em detalhes as condições em que um estado poderá reduzir impostos para atrair indústrias. Determina ainda que as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobradas em cada estado não poderão ser inferiores às mesmas taxas cobradas entre as unidades da Federação. Até que seja aprovada a resolução, valem os atuais incentivos, isenções e benefícios fiscais.

Para o senador Waldeck Ornélas, a mudança constitucional vai inibir a atuação do Conselho de Administração Fazendária (Confaz), integrado pelos secretários estaduais de Fazenda. “Hoje, o Confaz está legislando na área tributária, quando isso é com-

petência do Senado”, afirma. “Aliás, nem isso o Confaz vem fazendo, pois qualquer alteração de alíquota ou concessão de incentivo exige unanimidade dos 27 secretários. Como há uma guerra entre eles, o Confaz nada aprova e cada um reduz impostos como lhe convém”, observa.

– Essa é uma guerra que prejudica os próprios estados. Se todos reduzem impostos para atração de empresas, no final todos perdem arrecadação, prejudicando pesadamente as políticas sociais. No final de tudo, é a população que sai perdendo – acrescenta Waldeck Ornélas.

Também na sessão de hoje, o Plenário pode votar projeto do ex-senador João França que obriga os fabricantes e importadores de produtos industriais a garantir a oferta de peças por um prazo mínimo de cin-

co anos. O prazo será contado após o produto sair de linha ou deixar de ser importado. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que apresentou um projeto substitutivo.

Quando foi apresentado por João França, a proposta previa a garantia de peças por dez anos apenas para automóveis. França queria ainda que as montadoras instaladas no Brasil mantivessem a comercialização de qualquer modelo por um mínimo de cinco anos. O relator modificou o prazo para as peças e não aceitou o prazo mínimo de venda de cada modelo de veículo. O relator Quintanilha decidiu ampliar a garantia das peças para qualquer produto industrial.



Para Waldeck Ornélas, a redução de impostos para atração de empresas prejudica os próprios estados e também a população

A emenda constitucional também obriga que resolução do Senado definirá as condições para que os estados possam conceder incentivos fiscais

Ministros são convocados para debater MP do Código Florestal

Reunida na noite de ontem, a comissão mista que examina a medida provisória que institui o Código Florestal decidiu convocar os ministros ligados ao tema para discutir os limites do desmatamento da Amazônia. A MP estabelece que 80% das florestas da região amazônica devem ser preservadas, contra 50% exigidos na primeira edição da medida provisória.

Os ministros da Agricultura e do Abastecimento, Meio Ambiente, Reforma Agrária e da Casa Civil da Presidência devem participar, na Comissão da Amazônia da Câmara,



A decisão de discutir com o Executivo foi tomada ontem à noite pela comissão mista

do debate com deputados e senadores. Os parlamentares pretendem ouvir a opinião dos ministros

sobre a MP, uma vez que, devido às matérias publicadas na imprensa e à pressão de organizações

não-governamentais, dificilmente será possível qualquer mudança na medida provisória. O relator, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), afirmou que, se não contar com apoio da maioria parlamentar da Amazônia, ficará difícil acatar a emenda da deputada Kátia Abreu (PFL-TO), que reduz de 80% para 50% a área da região que deve ser preservada.

O vice-presidente da comissão mista da MP, senador Moreira Mendes (PFL-RO), manteve as duas audiências públicas para discussão da medida provisória. A primeira será dia 16, em Goiânia. A segunda, dia 24, em Brasília.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2001

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação nominal, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; PLS nº 167/95, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; PDLs aprovando atos para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nº 201/01, do senador Romeu Tuma, solicitando o desapensamento dos PLSs nºs 131, de 1999, e 18, de 2000, dos PLSs nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999; 73 e 203, de 2000, que tramitam em conjunto; nº 205/01, da senadora Marina Silva, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 92, de 1996, e 303, de 1999, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; nº 206/01, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs 303, de 1999, e 156, de 2000, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

COMISSÃO

10h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento dos ex-presidentes do Santos Futebol Clube José Paulo Fernandes e Samir Jorge Abdul Hak. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova renúncia de governante que se candidatar

PEC que prevê desincompatibilização do presidente, governadores e prefeitos, seis meses antes do pleito, foi acolhida em primeiro turno

Em primeiro turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem concorrer à reeleição. Foram registrados 50 votos favoráveis, 22 contrários e uma abstenção. O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou que votaria a favor da emenda, que ainda será apreciada em segundo turno.

Nas últimas eleições para cargos executivos, só se desincompatibilizaram para fazer a campanha eleitoral os governantes



Nabor Júnior, autor da PEC, quer o aprimoramento do sistema eleitoral

que assim o desejaram. Com a emenda constitucional, Nabor disse que deseja contribuir para

o aprimoramento do sistema eleitoral, dotando a democracia de maior lisura e transparência. O senador argumentou que a medida evita privilégios, uma vez que, permanecendo no cargo, os chefes do Executivo têm facilidade para usar a máquina administrativa em favor de suas candidaturas.

Na mesma sessão, o Plenário considerou prejudicada a proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que também obrigava a desincompatibilização, antes do pleito, apenas dos candidatos aos cargos de governador e prefeito.

Nabor teme o uso da máquina administrativa

Ao defender em Plenário a proposta de emenda constitucional que exige a renúncia dos governantes que desejarem disputar a reeleição, o senador Nabor Júnior invocou o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei. Seu entendimento é que os chefes de Executivo não podem ficar livres para disputar o cargo em que já se encontram se outros detentores de cargos públicos não gozam da mesma liberdade.

— Eles podem se beneficiar da máquina administrativa e isso contraria o princípio da equidade — observou o parlamentar.

O senador apresentou dados das eleições de 1998 para de-

monstrar como a atual lei beneficia os detentores do poder. Ele informou que, de 19 governadores que concorreram à reeleição, 13 conseguiram se reeleger. Nas últimas eleições para prefeito, de 18 que concorreram à reeleição, 14 tiveram êxito. E mais: dos 22 municípios do Acre, 17 prefeitos disputaram a reeleição e dez conseguiram se reeleger.

— Isso demonstra que houve utilização da máquina administrativa — afirmou Nabor.

Vinte e três senadores se manifestaram na votação, a maioria apoiando a iniciativa. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu a aprovação da matéria em nome da moralidade administrativa.

Ela disse que, enquanto chefes do Executivo podem disputar a reeleição sem se desincompatibilizar, um carteiro ou um gari são obrigados a licenciar-se dos empregos se desejarem disputar qualquer cargo eletivo.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) votou contra a proposta. Ele argumentou que, se o titular de um cargo executivo tem direito a reeleger-se, não pode ser objeto de inelegibilidade. Freire também afirmou que a iniciativa em votação parecia partir do princípio de que o povo não sabe discernir se o governante merece ou não ser reconduzido ao cargo em que se encontra.

Senador no meio do mandato não poderá concorrer ao cargo

O senador que, no meio do mandato, decidir disputar nova eleição para o Senado ficará inelegível. A previsão consta de substitutivo, apresentado a projeto de lei do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), aprovado ontem pelo Plenário. A proposta precisa ainda ser votada na Câmara dos Deputados.

O parlamentar argumentou que, se alguns integrantes da Casa resolverem se candidatar quando ainda têm quatro anos

de mandato, provocarão um desvirtuamento da norma constitucional que impõe o mandato de oito anos. Em sua opinião, a candidatura de senador ao mesmo cargo não encontra justificativa defensável. É incompreensível, afirmou, que alguém se lance candidato para eleger-se para um cargo em que já se encontra.

Antero Paes de Barros entende que, “com essa atitude oportunista”, o senador acaba por ficar numa situação privilegiada frente



Antero Paes de Barros: objetivo do projeto é evitar o oportunismo e privilégios

a outros candidatos, pelas facilidades de que dispõe e que ainda beneficiam o suplente. Este, argumentou ele, caso seja o titular eleito, vai usufruir de um mandato sem ter feito nenhum esforço para consegui-lo.



Geraldo Althoff é autor do projeto que garante o seguro-desemprego a mais trabalhadores



Roberto Requião relatou a proposta sobre maior transparência nas concessões

Câmara recebe projetos acolhidos por comissões

O Senado enviou à Câmara dos Deputados projeto de lei de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que garante o seguro-desemprego aos trabalhadores sazonais, aos safrististas e aos contratados por prazos curtos. O projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa e, cumprido o prazo regimental de cinco dias úteis, não foi objeto de recurso de um décimo do número de senadores para ser submetido à deliberação do Plenário.

Em seu parecer na CAS, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) considerou o projeto “de grande alcance social”, por estender um benefício garantido pela Constituição a um grande número de trabalhadores com pouca ou nenhuma proteção do Estado, geralmente empregados em condições precárias e recebendo os menores salários. A providência se coaduna com as políticas de combate ao desemprego, guardando perfeita sintonia com as diretrizes do programa do seguro-desemprego, explicou.

TRANSPARÊNCIA
Também foi enviado à Câmara

dos Deputados projeto de lei, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), impondo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas, tais como exigência de publicação dos contratos na imprensa oficial e disponibilização pela Internet.

No caso de concessões para exploração de rodovias, o projeto exige ainda divulgação pública de planilha analítica com demonstração de custos e receitas.

O relator do projeto, senador Roberto Requião (PMDB-PR), recomendou a aprovação da proposta. Segundo ele, é necessário o aprimoramento da legislação a fim de resguardar o direito do usuário, evitando o surgimento de monopólios privados “em conluio com governantes”.

Requião argumentou que o princípio moderno da democracia não pode aceitar que as autoridades se escondam. Assim, conclui, a publicidade dos atos estatais constitui uma via segura de garantia do conhecimento público das ações do aparelho do Estado.

Renovadas quatro concessões de rádios

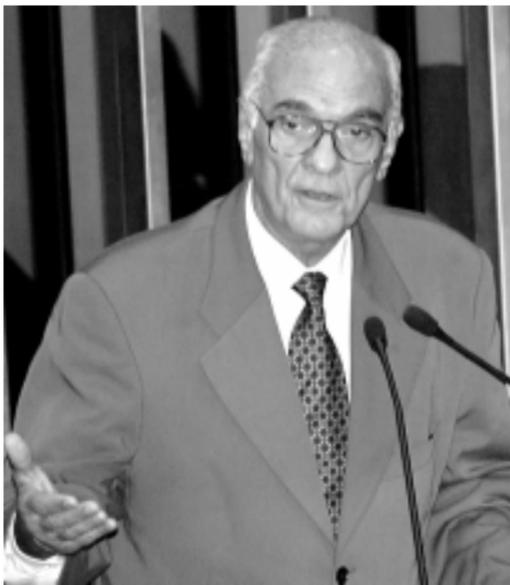
O Senado aprovou ontem a renovação de concessão para funcionamento de quatro emissoras de rádio, em ondas médias e curtas, nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo. As emissoras são: Rádio Pioneira Stéreo, sediada em Porto Alegre; Rádio Sul Fluminense, na cidade de Barra Mansa; Rádio Tupi, em Curitiba; e Radiodifusão Luzes da Ribalta, localizada no município paulista de Santa Bárbara d'Oeste.

Saturnino: prazo não muda voto dos senadores

Relator do processo sobre violação do painel não acredita que período de uma semana entre o fim das investigações e a apresentação do parecer possa alterar convicção dos membros do Conselho de Ética

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) – relator no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do processo que investiga a quebra de decoro por parte dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), no caso da violação do painel de votações – não acredita que os senadores encarregados de votar o caso “mudem suas convicções” por causa do prazo entre o encerramento das investigações, ocorrido na última terça-feira, e a apresentação de seu relatório, na próxima quarta-feira.

– Pode-se até dizer que o assunto pode esfriar em uma semana, mas isso não significa que os senadores mudarão seus votos nesse período – afirmou.



O senador Roberto Saturnino deve apresentar seu parecer na manhã de quarta-feira

Saturnino apresentará seu parecer às 10h da próxima quarta-feira, por decisão do presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Em entrevista ontem, Roberto Saturnino admitiu que poderia apresentar seu parecer “até mesmo antes do dia 16”, mas um prazo maior permitirá que ele analise melhor os 13 depoimentos tomados.

O Conselho de Ética foi acionado pelas oposições para investigar se o senador Antonio Carlos Magalhães faltou com o decoro parlamentar em conversa com três procuradores da República, em fevereiro passado. A conversa foi gravada sigilosamente pelo procurador Luiz Francisco de Souza, que entregou a fita à revista *IstoÉ*. A revista noticiou que Antonio Carlos teria dito que conhecia a lista de quem votou contra e a favor da cassação do ex-senador Luiz Estevão, em junho do ano passado.

O Senado mandou investigar o painel e peritos da Universidade de Campinas confirmaram que ele realmente havia sido violado e, a seguir, os funcionários responsáveis pelo sistema de votações confirmaram a violação, a começar por Regina Célia Borges, ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado. Regina revelou que a lista fora solicitada por Arruda, à época líder do governo no Senado, o qual teria dito que falava em nome de Antonio Carlos, então presidente do Senado. Todos eles já prestaram depoimento ao Conselho de Ética.



Heloísa defendeu fim da impunidade e respondeu a perguntas polêmicas

Heloísa conversa com internautas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) cumpriu, na terça-feira, um item incomum em sua agenda. Ela conversou com internautas de todo o país, em um bate-papo realizado a partir da Secretaria de Comunicação Social do Senado, e pôde responder diretamente às mais polêmicas questões. O *chat* com Heloísa Helena congestionou o *site* que promoveu a conversa, e serviu para demonstrar a simpatia popular pela senadora.

Mantendo seu estilo aguerrido, sem meias palavras, Heloísa Hele-

na defendeu o fim da impunidade e respondeu a perguntas sobre a polêmica em torno da violação do painel eletrônico do Senado, o requerimento pela criação da CPI da Corrupção e a crise de energia elétrica. A surpresa foi a participação do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, que se defendeu das acusações levantadas contra ele no ano passado. Em resposta, a senadora disse que trataria desse assunto durante os trabalhos da CPI.

Geraldo Melo conclama colegas a devolverem dignidade à Casa

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) fez ontem apelo a todos os senadores para trabalharem, com altivez e coragem, pela volta da dignidade da Casa. Para ele, é responsabilidade dos senadores “devolverem o Senado ao Brasil” porque, diante de tantos escândalos, boatos e desmandos, o país não pode contar, nesse momento, com uma Casa que é indispensável ao seu equilíbrio.

Segundo Geraldo Melo, o Senado está vivendo momentos amargos, tanto para seus representantes quanto para a própria democracia. “A imagem da Casa me preocupa. Estamos presenciando, por vezes, olhares de soslaio por parte de populares quando nos identificam como senadores. Em Natal, um carro de som passou pela minha residência, misturando o meu nome com ‘essa vergonha’ que grassa no Senado”, disse.

Ele fez questão de se eximir de qualquer responsabilidade em re-



Geraldo Melo: “Estamos presenciando olhares de soslaio quando nos identificam”

lação à violação do painel eletrônico, reconhecendo, porém, que o episódio esvaziou a autoridade do Congresso, justamente num momento em que tantas denúncias de corrupção precisam de um Parlamento forte e legítimo para recolher as aspirações da população, transformando-as em ações que satisfaçam à maioria.

Geraldo Melo citou artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo publicado na revista *Veja*,

demonstrando ser o Parlamento uma entidade essencial para a vida harmônica em sociedade. “Quando ele não existe, surgem duas hipóteses nefastas: a ditadura onde aparentemente não ocorre nada mas os conflitos são abafados nas masmorras, pela tortura, ou o mútuo trucidamento de grupos que usam a metralhadora, porque não existe a instância da negociação”, concluiu, citando o artigo.

Requerimento de Jader já está com relator

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), encaminhou ontem ao senador Francelino Pereira (PFL-MG), que atuará como relator, o requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), no qual o presidente do Senado pede para que o Supremo Tribunal Federal (STF) seja autorizado antecipadamente a processá-lo, caso o procurador-geral da República venha a formalizar contra ele qualquer denúncia. O requerimento obteve esta semana aprovação simbólica do Plenário do Senado, mas requer parecer da CCJ sobre o seu mérito.

Ao justificar sua iniciativa na elaboração do requerimento, na semana passada, o presidente do Senado disse considerar “um absurdo” que jornais o incriminem insisten-

temente, sem que haja contra ele um só processo instaurado.

A CCJ também decidiu ontem adiar, por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a votação do projeto de lei de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que muda as regras do processo eleitoral, principalmente as relativas a prazos dispostos na Lei Eleitoral (nº 9.504/97).

Simon se disse assustado com as mudanças propostas, principalmente no que dizia respeito à redução, em dez minutos, no horário eleitoral gratuito que os partidos dispõem no rádio e na TV. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que também discorda da redução do tempo disponível no rádio e na televisão para os partidos, apresentou emenda ao projeto, que deve ser votado na próxima reunião da CCJ.

Jader recebe requerimento da CPI da Corrupção

Pedido para apurar denúncias de irregularidades na administração pública é assinado por 183 deputados federais e 29 senadores. Documento deverá ser lido na sessão do Congresso Nacional marcada para a próxima quarta-feira

Uma comissão de deputados federais e senadores entregou no início da tarde de ontem ao presidente do Congresso Nacional, senador Jader Barbalho, requerimento solicitando a criação de uma comissão mista parlamentar de inquérito para investigar denúncias de corrupção na administração pública federal. O documento conta com a assinatura de 183 deputados e 29 senadores. O requerimento deverá ser lido na sessão do Congresso marcada para a próxima quarta-feira.

Ao deixar o gabinete da Presidência do Congresso, depois de participar da entrega do requerimento de instalação da CPI da Corrupção, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) informou que, durante o ato, os parlamentares solicitaram a Jader Barbalho que a leitura do documento fosse feita ainda na sessão do Senado de ontem.

A oposição pediu que fosse marcada uma sessão do Congresso Nacional para a noite de ontem ou para a manhã de hoje, caso prevalecesse o entendimento de que não seria possível a leitura do documento na sessão do Senado.

Ao final da sessão do Senado, Jader Barbalho, respondendo a questionamento feito por José Eduardo Dutra, disse que o Regimento Interno da Casa não prevê a leitura de requerimento de instalação de CPI mista no Senado, nem há precedentes de que isso tenha ocorrido. Sobre a possibilidade de convocação de uma sessão do Congresso para hoje, ele lembrou que a reunião só poderia ser marcada após a conferência das assinaturas dos deputados no requerimento, a ser feita pela Secretaria Geral da Mesa da Câmara.

Mesmo acatando a interpretação da Mesa de que não seria regimentalmente possível a leitura do requerimento em reunião do Senado, José Eduardo Dutra manifestou outro ponto de vista. “Da mesma forma que o Regimento Comum do Congresso determina que uma CPI mista é criada numa sessão conjunta, essa exigência é feita para a leitura da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dos vetos e das medidas provisórias, e há vários precedentes de leitura dessas matérias em sessões do Senado”, justificou o senador.



O deputado federal Walter Pinheiro e os senadores Jader e Dutra, durante a entrega do requerimento



Dutra comunica ao Plenário a entrega do documento

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, comunicou ao Plenário ontem que lideranças de diversos partidos políticos formalizaram a entrega ao presidente do Congresso, senador Jader Barbalho, do requerimento para a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para apurar irregularidades na administração pública federal.

O requerimento, enfatizou o senador, aponta fatos “muito bem determinados” para serem apurados pela CPI. Dutra salientou que, ao contrário do que muitos parlamentares afirmam, a instalação da CPI não é um ato de oposição ao governo e muito menos a tentativa de transformar o Congresso Nacional em um palanque eleitoral, “mas um procedimento absolutamente constitucional, já que entre as prerrogativas desta Casa está a de fiscalizar o Executivo e a de se autofiscalizar”.

O senador registrou sua preocupação com informações de que um grande acordo estaria sendo feito pelos maiores partidos com representação no

Congresso para inviabilizar a instalação da CPI e, em contrapartida, “abafar” a investigação em andamento no Conselho de Ética do Senado, em torno da violação do painel de votação.

— Queremos alertar esta Casa que, se o Congresso, se as lideranças, mas principalmente os senadores, quer ocupem ou não cargos de liderança, viabilizarem um acordo dessa natureza, poderá ser uma profunda desmoralização da instituição Senado Federal, o que não interessa ao governo, à oposição e muito menos à nação brasileira — advertiu.

Dutra também disse aos senadores que, ao formalizarem a entrega do requerimento, os parlamentares solicitaram que ele fosse lido numa sessão do Senado, uma vez que as sessões do Congresso previstas para a noite de ontem foram desmarcadas “sem nenhum motivo relevante”. Ele informou que o presidente do Congresso lhe respondeu que analisaria a questão à luz do Regimento Interno e daria uma resposta. Dutra leu os nomes dos 29 senadores que assinaram o pedido de instalação da CPI.

Câmara vai conferir assinaturas dos deputados federais

O presidente do Congresso e do Senado, senador Jader Barbalho, informou que aguarda a conferência das assinaturas dos deputados federais para marcar a sessão do Congresso Nacional que fará a leitura do requerimento de criação da CPI da Corrupção. A informação foi dada em resposta à questão de ordem apresentada em Plenário por José Eduardo Dutra.

Dutra tinha consultado Jader sobre a possibilidade de o documento ser lido em sessão do Senado — a exemplo do que já ocorre com vetos presidenciais e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, em princípio, também deveriam ser lidos em sessão conjunta do Congresso — ou em sessão extraordinária do Congresso a ser realizada imediatamente.

Jader respondeu que a leitura em sessão do Senado não estava prevista no Regimento Interno da Casa e que não há precedente que lhe dê amparo regimental. Quanto a sessão extraordinária, ponderou que existe uma preliminar a ser atendida: a conferência das assinaturas dos parlamentares. Os autógrafos dos senadores já haviam sido conferidos, mas faltavam os dos deputados. Barbalho informou que a Secretaria Geral da Mesa do Senado já havia enviado o requerimento à Câmara para conferência e a sessão para leitura do documento será marcada quando essa preliminar estiver atendida.

Pela manhã, Jader já tinha dito que a possibilidade de leitura do requerimento em uma sessão do Senado era descartada pelo artigo 21 do Regimento Comum do Congresso, que “estabelece expressamente a necessidade de o requerimento ser apresentado em sessão conjunta das duas Casas do Legislativo”, observou. E disse que cumprirá estritamente as normas regimentais e manterá “a postura exigida pelo cargo. Só posso convocar a sessão depois de encerrada a verificação do requerimento. Em princípio, a leitura deve acontecer na quarta-feira”, completou.

O senador rebateu insinuação de que estaria adotando medidas protelatórias a pedido do governo Fernando Henrique Cardoso, dizendo que essa hipótese “fica por conta das asas da imaginação”. Quanto ao fato de Francisco Dornelles deixar o Ministério do Trabalho e Emprego para trabalhar como deputado contra a CPI, disse que isso é normal em uma democracia. “O governo faz o jogo do governo”, afirmou.

Requerimento precisa ser lido em sessão do Congresso

A efetiva criação de uma comissão parlamentar de inquérito mista não depende só da apresentação do pedido assinado por senadores e deputados, que é apenas o primeiro passo para que seja dado início às investigações

A apresentação de requerimento para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito mista (CPI) é



apenas o primeiro passo para que seja dado início às investigações. A CPI da Corrupção só será formalmente criada quando o requerimento apresentado ontem for lido em sessão conjunta da Câmara e do Senado e publicado no *Diário do Congresso Nacional*.

Até lá, as secretarias-gerais das Mesas das duas Casas deverão conferir as assinaturas que constam do documento e contar o número total de parlamentares que aderiram à criação da comissão parlamentar de inquérito. Se, ao final da conferência e no momento da publicação, o requerimento tiver a assinatura de pelo menos 171 deputados e 27 senadores, a CPI estará criada.

INSTALAÇÃO

Depois da criação, iniciam-se os esforços para a instalação da comissão. Os líderes dos partidos e blocos parlamenta-

res no Senado e na Câmara serão oficiados para que indiquem os membros a que têm direito na CPI, de acordo com a propor-

porcionalidade das bancadas na Câmara e no Senado. Segundo o requerimento, a CPI da Corrupção deve ter 11 senadores e 11 deputados, com número igual de suplentes.

Porém os líderes não são obrigados a indicar os membros e não têm prazo para fazê-lo. Um exemplo do que pode ocorrer caso os líderes não indiquem os membros é a CPI dos Corruptores que, apesar de criada, de acordo com requerimento apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), não chegou a ser instalada, pois os líderes do PSDB e do PFL não indicaram senadores para a sua composição. Para Simon, caberia ao presidente do Senado, diante da omissão dos líderes, indicar os membros da comissão, mas o senador José Sarney (PMDB-AP), que presidia a Casa à época, não teve a mesma interpretação.



Leitura do requerimento em sessão do Congresso Nacional é indispensável para a efetiva criação de uma CPI

Falta de fato determinado pode ser obstáculo

Outro obstáculo que a comissão parlamentar de inquérito poderá enfrentar é o questionamento, já manifestado por senadores da base de apoio ao governo, da constitucionalidade do requerimento que pede a criação da CPI da Corrupção, argumentando que o documento não aponta um "fato determinado" a ser investigado.

Segundo parecer assinado pelo ex-senador José Ignácio Ferreira e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 1996, o requerimento que pedia a criação de CPI que investigaria a ação de agentes públicos do Banco Central (BC) em bancos extintos e colocados em regime de administração especial na época do Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema

Financeiro Nacional (Proer) e a apuração de denúncias veiculadas pela imprensa sobre empréstimos, remessas ilegais para o exterior e balancetes fictícios analisados pelo BC, mesmo depois de instalada e em funcionamento, era inconstitucional e antiregimental por não apresentar "fato determinado".

— O fato determinado é precisamente aquilo que vai ser objeto da apuração. Não fato ou fatos indeterminados, referências soltas, genéricas, pulverizadas num requerimento, lotericamente objetivando a geração de fatos determinados no curso da investigação. Não se pode instaurar CPI para apurar se houve fato ou fatos. Mas, a partir de fatos existentes, precisos, promover as investigações devidas — afirma o parecer de José Ignácio.

Condições para criação de CPI

Segundo a Constituição (art. 58, § 3º) e o Regimento Interno do Senado Federal (art. 145, § 1º), o requerimento que pede a criação de comissão parlamentar de inquérito deve conter:

- O fato determinado a ser investigado
- O número de membros da comissão
- O prazo para duração da investigação
- O limite de despesas a serem realizadas

Os temas a serem investigados pela CPI da Corrupção

Denúncias de irregularidades no governo federal que devem ser investigadas, segundo material divulgado na Internet por defensores da instalação da CPI

- Tráfico de influência patrocinado pelo ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira, que teria beneficiado interesses privados quando ocupava cargos públicos em troca de vantagens pessoais
- Tráfico de influência patrocinado pelo ex-vice-presidente do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, que teria interferido no processo de privatização da Tele Norte Leste (Telmar), patrocinando, inclusive, a gravação de conversas telefônicas entre o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) André Lara Rezende
- Liberação irregular de recursos para pagamento de precatórios no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)
- Beneficiamento de empresa de publicidade pelo ex-secretário de Comunicação da Presidência da República Andrea Matarazzo, para obtenção de recursos para campanhas eleitorais
- Desvio de recursos no Banpará em favor do senador Jader Barbalho (PMDB-PA)*
- Remessa irregular de divisas para as Ilhas Cayman em favor do ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta*
- Remessa irregular de divisas para as Ilhas Virgens em favor da empreiteira OAS, que envolve documentos apreendidos com José Raul Sena Gigante*

- Contribuições para campanhas eleitorais feitas pelo Banco Econômico não registradas junto à Justiça Eleitoral no caso conhecido como "Pasta Rosa" e a suposta vinculação do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) com o banco na remessa de US\$ 1,15 milhão para as Ilhas Cayman*
- Abertura de conta-fantasma no Citibank de Salvador, aberta com cheques da TV Bahia em nome de "laranjas"*
- Irregularidades na concessão de empréstimos pelo Banco do Nordeste**
- Fraudes na destinação de incentivos fiscais do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) em 29 empreendimentos aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e em outras agências ou programas do governo
- Irregularidades em arrendamento de instalações portuárias em Salvador e Santos (SP)**
- Irregularidades nas obras do Porto de Juazeiro (BA)**
- Irregularidades nas obras do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, em Salvador**
- Superfaturamento no contrato de comercialização de energia produzida pela Usina Nuclear Angra II, no valor de R\$ 190,97 milhões, pagos como compensação às empresas distribuidoras pelos atrasos nas obras da usina
- Desvio de recursos e emissão de CPFs falsos no programa Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), do governo da Bahia
- Desvio de recursos no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

* Segundo o requerimento, as investigações do Banco Central sobre esses casos teriam sido falhas ou incompletas

** Constatadas em auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU)

Ato público pede instalação imediata da CPI

Encontro na Câmara dos Deputados reuniu presidentes de partidos e da OAB, estudantes e representantes de diversas entidades. Oradores manifestaram preocupação com a possibilidade de acordo para retirada de assinaturas no requerimento

Políticos, estudantes, religiosos, trabalhadores e representantes de entidades da sociedade civil participaram na tarde de ontem de um



ato público no auditório do Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, na Câmara dos Deputados, em favor da instalação da comissão mista parlamentar de inquérito para investigar denúncias de corrupção na administração pública federal. O evento foi realizado momentos depois que o requerimento da CPI da Corrupção foi entregue ao presidente do Congresso, senador Jader Barbalho.

A manifestação foi iniciada no Salão Verde da Câmara dos Deputados, mas o tumulto formado pela ausência de um sistema de som obrigou os participantes a trocar de local. Em meio a dezenas de repórteres, cinegrafistas e fotógrafos, o deputado Walter Pinheiro (PT-BA), líder do seu partido na Câmara, anunciou que o requerimento da CPI tinha sido protocolado e registrou a presença de várias personalidades, entre elas os presidentes do PDT, Leonel Brizola, do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, do PSB, Miguel Arraes e da OAB, Rubens Approbato Machado.

Um dos senadores presentes ao ato público, José Eduardo Dutra (PT-SE), manifestou sua preocupação de que se concretizem os boa-

tos de que está sendo ensaiado um "acordão" para que os três senadores do PFL retirem suas assinaturas do requerimento. Ele opinou que, se a CPI da Corrupção não for instalada, o Congresso ficará desmoralizado e a democracia enfraquecida. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter esperanças de que o presidente Fernando Henrique Cardoso apóie a comissão mista. "Do contrário, a opinião pública vai entender que ele tem algo a temer", completou.

O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, concordou com Suplicy quanto à necessidade de Fernando Henrique facilitar a instalação da CPI da Corrupção para provar "que não tem culpa no cartório". Ele criticou o fato de Francisco Dornelles (PPB-RJ) ter deixado o Ministério do Trabalho para reassumir sua cadeira de deputado e, com isso, provocar a retirada da assinatura no requerimento da suplente Alcione Ataíde (PPB-RJ). Já o presidente da OAB, Rubens Approbato, comentou que o Brasil tem que perder a "doença da amnésia" e passar a ter memória "para impedir que o abafa de hoje seja o abafa de amanhã e que o acordão de hoje seja o acordão de amanhã", referindo-se às supostas manobras que o governo estaria fazendo para impedir a instalação da CPI.

PDT quer punição exemplar para violação do painel, diz Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) deixou claro ontem, em Plenário, a posição do seu partido com relação a eventual processo contra o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o ex-líder do governo José Roberto Arruda (sem partido-DF), por violação do painel eletrônico de votações: "punição rigorosa e exemplar, caso seja constatado envolvimento no caso".

— A essência do Direito não é o perdão, mas a Justiça. O perdão é um dos braços do Direito. Violar o painel foi um ato muito grave — disse Rocha.

O senador mencionou, em seu discurso, o ato de entrega do requerimento para a instalação de comissão parlamentar de inquéri-



Sebastião Rocha afirma que "a essência do Direito não é o perdão, mas a Justiça"

to mista (CPI) destinada a investigar denúncias sobre corrupção na administração pública. Para Rocha, a CPI deve ser vista como um instrumento de aperfeiçoamento das instituições e não como fonte de instabilidade para a economia.

Alcântara elogia atuação de agência reguladora no Ceará

O eficiente atendimento de necessidades da população, por meio do controle e fiscalização das concessões e permissões de serviços públicos no Ceará, vem sendo garantido, segundo o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), pela fiscalização empreendida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados (Arce), autarquia que procura zelar pela qualidade dos serviços prestados aos cearenses.

Alcântara destacou que a Arce é encarregada de fiscalizar a prestação de serviços por terceiros, defender os direitos dos usuários, incentivar a competição e assegurar a universalização dos serviços. No ano passado, disse, a agência concentrou sua atuação no setor de energia elétrica, fiscalizando, por meio de delegação

recebida da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Companhia Energética do Ceará (Coelce), privatizada em 1998.

Dessa fiscalização, o senador informou que resultaram multas de R\$ 6,9 milhões, já que foram detectadas infrações e o descumprimento de cláusulas dos contratos de concessões. A Arce também mediou conflitos entre a Coelce e os usuários e promoveu uma pesquisa de satisfação dos usuários, observou.

A autarquia, que é autônoma e mantida com recursos do Tesouro do estado, de taxa de fiscalização dos serviços delegados e convênios, promoveu ainda o controle do setor de transportes, portos e saneamento básico. Alcântara informou que a Arce vem trabalhando no grupo que estuda a in-



Segundo Lúcio Alcântara, "a Arce tem atuação de incontestável excelência"

tegração do metrô e do sistema de ônibus da Região Metropolitana de Fortaleza. Além disso, declarou, a agência vem preparando uma proposta de regulamentação do setor de águas e esgoto.

— Pode-se concluir que a Arce tem atuação de incontestável excelência, o que confirma o acerto de sua criação — afirmou o senador, que destacou ainda o papel da ouvidoria da autarquia, que atende diretamente a população.

Jucá destaca papel da Camex no incremento das exportações

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou o papel da Câmara de Comércio Exterior (Camex) na busca de mecanismos próprios para o Brasil inserir-se como parte atuante no cenário internacional. O senador lembrou os esforços do país para diminuir o peso, para seus cidadãos, da dívida externa, ressaltando que um dos principais objetivos nesse sentido é tornar superavitária a balança comercial.

A Camex, criada para formular as políticas e coordenar as atividades relativas ao comércio exterior e avaliar suas repercussões, deve também, na avaliação do senador, servir de instrumento de diálogo com o setor produtivo. Assim, entende Jucá, a política de comércio exterior poderá refletir as necessidades dos agentes econômicos.

Jucá enumerou os assuntos debatidos no âmbito da Camex em 2000, no sentido de estabelecer diretrizes que aperfeiçoem a prática do comércio exterior brasileiro, entre eles financiamento às exportações, fundos de aval, linhas de crédito, simplificação das exportações, aspectos tributários, Mercosul e Alca. Além disso, destacou, a Secretaria Executiva da Camex de-

envolveu um trabalho expressivo em 2000, tratando da agenda de relançamento do Mercosul e da organização da Câmara de Logística Integrada, que reuniu representantes dos principais atores da cadeia logística, com o objetivo de levantar problemas e apresentar soluções.

O senador lembrou, ainda, a participação da Secretaria Executiva da Camex em programas de organismos relacionados às exportações, com destaque para o Programa Especial de Exportações, que tem como objetivo criar uma cultura exportadora no Brasil. Também mencionou o lançamento, pela Camex, de um sistema de informações voltado para os micro e pequenos empresários, disponível na Internet.

Entre as medidas já em vigor com vistas ao aumento das exportações, Jucá apontou a redução das tarifas e tributos sobre bens de capital para a renovação tecnológica e reaparelhamento da indústria brasileira; a capitalização adicional do Fundo de Garantia à Exportação e a exportação em consignação, que permite a estocagem por até 180 dias de produtos no exterior.

TV debate relação da crise argentina com o Brasil

O programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, recebe hoje o professor e membro do Conselho de Economia do Distrito Federal Júlio Miragaya. Ele conversa com os jornalistas Helival Rios e Beto Almeida sobre a relação entre a crise argentina e o papel do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e no Mercosul. O programa será exibido às 19h30.

Infra-estrutura no Brasil é o tema do programa *Entrevista* de hoje. O senador José Alencar (PMDB-MG) fala dos trabalhos realizados nos dois meses em que está à frente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Os acidentes da Petrobras, a crise energética e o estado das estradas são os principais assuntos das reuniões. O programa vai ao ar às 7h30 e 20h30.

Já o programa *Entrevista* das 9h30 trata das mudanças no Código Florestal. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) é o vice-presidente da comissão que analisa o assunto. Para ele, a melhor solução seria o zoneamento socioecológico e econômico, ao invés da permanência da área de reserva legal em 80%, como defendem os ambientalistas, ou a redução para 50%, como querem os ruralistas.



Eduardo Siqueira Campos destaca que o governo do Tocantins conta com a presença de Lars Grael em Palmas

Eduardo aplaude atuação do ministro Carlos Melles

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) parabenizou ontem o ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, por estar completando um ano no ministério e pela indicação do iatista Lars Grael para a Secretaria Nacional de Esportes. O senador informou ainda que está sendo realizado em Palmas, capital do Tocantins, um seminário de esportes, com a participação de Grael.

Eduardo elogiou os projetos Pintando a Liberdade e Navegar, apresentados pelo novo secretário

rio. O Pintando a Liberdade busca integrar a população detenta e já está atingindo 4 mil presos em 20 estados. De acordo com a proposta, os presos terão o benefício do emprego e a redução penal. O projeto Navegar, voltado para adolescentes carentes, de 12 a 15 anos, incentiva a prática de esportes náuticos.

O senador disse que o governo do Tocantins conta com a presença de Grael em Palmas para mostrar a ele a importância da inclusão daquele estado nesses programas.



A senadora Emilia Fernandes acompanhou a audiência, com Jader, do comitê organizador do festival

Jader recebe representação do Festival da Juventude

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu na manhã de ontem representantes do comitê organizador do XV Festival Mundial da Juventude e Estudantes, previsto para o final deste ano na Argélia. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) acompanhou a audiência e manifestou seu apoio à participação da juventude e dos estudantes brasileiros no encontro. O deputado argelino Belaid Abdelaziz está no país para divulgar o evento e agradeceu a Jader o apoio do Legislativo brasileiro.

De acordo com o vice-presidente da Federação Mundial da Juventude Democrática, o brasileiro Mauro Bianco, o festival programado para se realizar na Argélia deverá reunir cerca de 30 mil jovens de todo o mundo, com expressiva delegação brasileira. O último evento ocorreu em Cuba, quatro anos atrás. O temário desse festival terá 67 itens, com assuntos como desenvolvimento, meio ambiente e a promoção da paz e da integração mundial.

Sonegação e nepotismo marcam futebol mineiro

Segundo a CPI, presidente da Federação Mineira comete várias irregularidades e tem 20 parentes entre os 66 funcionários da entidade

Elmer Guilherme Ferreira, presidente da Federação Mineira de Futebol (FMF) há 14 anos, tem mais de 20 parentes entre os 66 funcionários da entidade, incluindo seu pai, José Guilherme Ferreira, que presidiu a FMF por 16 anos, irmãos e filhos. A informação foi apresentada pelo relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), ontem, durante o depoimento de Elmer.

Apesar de considerar a situação "não ética", o presidente da FMF afirmou que não há nada nos estatutos da entidade que proíba a contratação de parentes. Segundo afirmou, a sua família é ligada ao futebol e ele buscou o assessoramento de pessoas de sua total confiança. "Nós não consideramos isso ético e nos preocupa se isso for verdade em todas as outras federações do Bra-



Elmer Guilherme Ferreira (D), presidente da federação mineira, foi questionado na reunião da CPI do Futebol pelos senadores Álvaro Dias e Geraldo Althoff

sil", afirmou Althoff.

Além de empregar parentes, Elmer, conforme demonstrou o relator, contrata uma empresa de assessoria contábil e uma gráfica que são de propriedade de seus filhos, um dos quais superintendente financeiro da FMF. "Isso não é justo e é imoral. Vou tomar as providências necessárias", anunciou o presidente da FMF, que disse que irá



demitir seu filho imediatamente. Os senadores da CPI também identificaram duplicidade de balanços financeiros dos últimos cinco anos.

— Temos que saber agora qual dos dois se refere ao caixa dois. A ausência de documentação demonstra que não há fiscalização nem prestação de contas — disse o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Álvaro Dias: clãs agem na impunidade

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff, também revelou que Elmer Guilherme Ferreira, presidente da FMF, é servidor da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo de Minas Gerais, onde ganha R\$ 1,2 mil mensais, e recebe R\$ 4 mil, a título de ajuda de custo, da FMF, apesar de o estatuto da entidade proibir a remuneração de diretores. Porém, Althoff declarou que Elmer não declarou suas rendas à Receita Federal, revelando-se um "sonegador contumaz".

— Administra-se uma federação como se fosse uma brincadeira. Esse depoimento mostra bem a situação do futebol brasileiro — afirmou o senador Álvaro Dias.

Segundo Elmer, o fato de as despesas administrativas crescerem a cada ano e serem superiores às receitas, que vêm declinando, deve-se aos prejuízos decorrentes da Copa Centenário, realizada pela FMF em agosto de 1997, a pedido do governo de Minas Gerais e da prefeitura de Belo Horizonte, em comemoração aos 100

anos da cidade. O Milan, da Itália, e o Benfica, de Portugal, participaram do torneio, mas, continuou Elmer, o governo e a prefeitura não cumpriram sua parte no acordo, que não passou de um compromisso verbal.

O fracasso da Copa Centenário levou o dirigente a pedir empréstimos de empresas e a encerrar contas bancárias. Porém, o relator identificou cheques lançados no período em que Elmer disse não estar movimentando contas a empresas, uma das quais suspeita de ter sido usada como "laranja" para negócios irregulares.

Na mesma época, segundo identificaram os senadores da CPI, a FMF deu integral apoio à campanha de Ivens Mendes, envolvido em escândalos na Comissão de Arbitragem da CBF, então candidato a deputado federal por Belo Horizonte. Doações para a campanha podem ter sido a causa, na avaliação dos membros da CPI, dos déficits da FMF.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que apresentou documentos

sobre as rendas de jogos, levantou ainda a possibilidade de desvios das receitas de jogos. Já o senador Antero de Barros (PSDB-MT) afirmou que irá apresentar, entre as conclusões da CPI, sugestões que definam critérios transparentes para as eleições das federações de futebol. Diante da informação de que a FMF tem entre seus bens uma fazenda em Barra do Garças (MT), Antero sugeriu a Elmer que abandone a federação.

— Não sabemos como ainda não acabaram com o futebol brasileiro com tantos desmandos. Estamos olhando para o retrocesso. Um clã governa o futebol mineiro há cerca de 35 anos, administra a federação como se fosse propriedade familiar. Esses clãs agem na impunidade, sem qualquer fiscalização. O futebol como atividade econômica está na marginalidade — disse Álvaro Dias, ao final do depoimento.

Hoje, a comissão volta a reunir-se às 10h, para ouvir os ex-vice-presidentes do Santos Futebol Clube José Paulo Fernandes e Samir Jorge Abdul Hak.



Romero Jucá destacou os projetos e realizações da Superintendência da Zona Franca de Manaus

Jucá pede mais recursos para a região amazônica

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou as realizações e projetos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) como agência promotora de investimentos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Ele solicitou mais recursos governamentais para a região, afirmando que somente a diversificação das atividades e o aproveitamento dos recursos naturais levarão a Amazônia a um desenvolvimento sustentável, "com reflexos positivos sobre a qualidade de vida de sua população e diminuição das desigualdades regionais e de concentração de renda existentes no país".

O senador lembrou que o Plano Plurianual 2000/2003 prevê para a Suframa o desenvolvimento dos programas Pólo Industrial de Manaus (PIM) e Desenvolvimento da Amazônia Legal. O PIM, explicou o senador, tem como objetivo fortalecer a cadeia produtiva e o equilíbrio da balança comercial da região, por meio de atração de investimentos para produção de componentes locais e a promoção comercial com vistas ao incremento das exportações.

Relatório do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativo ao ano de 2000, citado pelo senador, aponta grande aumento da atividade do Pólo Industrial de Manaus e crescimento de 80% das exportações, sobre 1999. Esse desempenho, de acordo com o relatório, foi responsável pela manutenção de 46 mil empregos diretos e pelo acréscimo de mais de 6 mil empregos diretos. O Conselho de Administração aprovou 158 projetos industriais no ano passado, a serem desenvolvidos na região, gerando investimentos da ordem de US\$ 2,7 bilhões.

CAS aprova programa de renda mínima para trabalhadores atingidos pela seca

Também é acolhido pelos integrantes da Comissão de Assuntos Sociais projeto da Câmara que estabelece igualdade de tratamento para homens e mulheres na prestação de horas extras

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) transformando o Programa Emergencial de Frentes Produtivas, criado em 1998 pelo governo federal, em Programa Especial de Garantia de Renda Mínima. O novo programa irá atender populações de áreas semi-áridas atingidas pela seca. O projeto vai agora para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

De caráter permanente, o programa institui que os membros das famílias beneficiadas deverão cumprir requisitos de frequência escolar, vacinação obrigatória e participação em programas de treinamento profissional. O benefício somente será concedido enquanto perdurar a seca nas regiões afetadas.

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que apresentou substitutivo ao projeto original, entende que as frentes de trabalho temporárias não representam a forma mais adequada de ajudar na solução do problema da seca. Por esse motivo, ele acha que o novo programa de renda mínima é plenamente justificável diante dos

problemas sociais gerados pela seca.

Outra matéria aprovada pela comissão foi uma emenda de Plenário ao projeto que equipara aos contribuintes individuais, para efeito de contribuição previdenciária, os condomínios de produtores rurais. A matéria é de grande alcance social,

segundo os membros da comissão. Para o autor da emenda, senador Arlindo Porto (PTB-MG), a medida irá eliminar a burocracia, facilitando a vida dos empregadores rurais e do próprio governo.

HORA EXTRA

Os senadores também aprovaram parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) a projeto de lei da Câmara que permite às mulheres fazerem horas extras em qualquer condição, e não apenas em casos excepcionais, por motivo de força maior, cumprindo jornada



Na sessão presidida por Romeu Tuma (E), a CAS decidiu enviar à CCJ proposta de mudança nas regras do PIS/Pasep

diária de até 12 horas de trabalho. O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo a relatora da matéria, que citou o autor do projeto, deputado Ademir Lucas, a distinção de normas em favor da mulher ficou sem eficácia com o princípio da isonomia entre elas e os homens. A legislação em vigor tornou-se improcedente e prejudicial ao próprio mercado de trabalho, acrescenta o autor na justificativa da matéria.

Na mesma reunião, a CAS resolveu enviar, a pedido de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que possibilita ao trabalhador desempregado movimentar a conta vinculada do

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e do Programa de Integração Social (PIS).

Ficou para a próxima reunião a votação, em decisão terminativa, de projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) propondo que seja considerada incapaz de manter pessoa portadora de deficiência ou idoso a família cuja renda mensal seja inferior a meio salário mínimo. A razão foi o pedido de vista feito pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

Plenário votará instalação de telefones para deficientes

O Plenário do Senado votará projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que obriga as empresas prestadoras de serviço telefônico a instalarem em locais públicos pelo menos 4% de aparelhos destinados a atender pessoas portadoras de deficiência auditiva e da fala e usuários de cadeiras de rodas. O projeto foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os aparelhos telefônicos, de acordo com a proposta, serão adaptados com visor e teclas especiais, com a finalidade de facilitando

tar a vida dos deficientes. A medida estabelece ainda a obrigatoriedade de as listas telefônicas publicarem explicações de como o deficiente poderá usar o aparelho.

O substitutivo ao projeto já tinha sido aprovado pela comissão no último dia 25 de abril. Apreciação em turno suplementar, o substitutivo não recebeu emendas e foi definitivamente adotado pela comissão. Agora, a matéria segue para votação no Plenário. O relator da matéria, que elaborou o substitutivo, é o senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Comissão promoverá debate sobre o Estatuto das Cidades

A Comissão de Assuntos Sociais vai realizar audiência pública destinada a aprofundar os debates em torno do chamado Estatuto das Cidades, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que dá um novo ordenamento às diretrizes gerais da política urbana, principalmente das grandes metrópoles brasileiras.

O Estatuto das Cidades, que regulamenta dispositivo constitucional, tem por objetivo adequar os planos diretores das cidades a um ordenamento de caráter federal. Na opinião do autor do requerimento de realização da audiência pública, senador Mauro Miranda

(PMDB-GO), o estatuto abrirá caminho para que problemas relacionados a transporte, segurança, saneamento, saúde e educação, entre outros, sejam melhor equacionados.

A secretaria da comissão ainda não marcou a data para a realização da audiência pública, mas já aprovou a convocação do secretário especial de Desenvolvimento Urbano, ministro Ovídio de Ângelis, do deputado Inácio Arruda, relator do projeto na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, e de Raquel Rolnik, consultora do Instituto Polis.



Ronaldo Cunha Lima sugeriu que programa de renda mínima tenha caráter permanente

Senado quer reduzir em 40% consumo de energia

Plano é apresentado pelo primeiro-secretário, senador Carlos Wilson, ao ministro de Minas e Energia, José Jorge, que o considerou "um exemplo"

O Senado pretende reduzir em cerca de 40% o seu consumo de energia elétrica, o que representará uma economia mensal de aproximadamente 492.250 kilowatts por hora (kwh). As medidas de racionamento de energia adotadas pela Casa e a expectativa de redução do consumo foram anunciadas ontem pelo primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), ao ministro de Minas e Energia, José Jorge. "Queremos demonstrar que, se houver um controle rigoroso do consumo, os apagões poderão ser evitados, o que livrará a população dos transtornos decorrentes da interrupção do fornecimento de energia", disse Carlos Wilson.

— Fui mostrar ao ministro que o Senado tomou uma iniciativa muito dura como forma de chamar a atenção para a gravidade da situação e dizer que o governo deve ter a coragem de tomar as medidas necessárias para controlar o consumo. O que não dá é para surpreender a população com apagões — afirmou o primeiro-secretário.

Segundo Carlos Wilson, o ministro julgou extremamente importante a medida e a definiu como "um exemplo" para outras instituições. Ele determinou que fossem distribuídas aos assessores cópias



Carlos Wilson: "Se houver um controle rigoroso do consumo, os apagões poderão ser evitados"

do documento levado pelo senador com as medidas já adotadas e as que ainda serão tomadas pelo Senado, previstas em relatório da Subsecretaria de Engenharia.

O consumo mensal do Senado é de cerca de 1,226 milhão kwh. Com as primeiras medidas de racionamento, tomadas dentro do Programa de Racionalização do Uso de Energia Elétrica, a Casa, em 20 de abril, anunciava a redução de 10% do consumo de energia em suas dependências. A meta, agora, é chegar a 40%, com a adoção de medidas consideradas "de efeito forte".

— Dez por cento não resolve. Tem de ser mais drástico — comentou Carlos Wilson.

Entre as providências para a redução do consumo, está o desligamento do ar-condicionado às 19h e

da energia do prédio central às 21h. O trabalho de conscientização dos funcionários, afirmou o primeiro-secretário, continuará.

PÚBLICO EXTERNO

Na próxima semana, as pessoas que vierem visitar o Senado receberão, além do material informativo sobre a instituição, folhetos com dicas para economizar energia. Com o título "faça a sua parte", o folheto sugere providências simples, como a de retirar de uma só vez, da geladeira, todos os alimentos que serão usados e evitar ligar o ferro de passar roupa simultaneamente com outros aparelhos elétricos.

A distribuição desses textos faz parte de campanha que está sendo desenvolvida pela Secretaria de Comunicação Social. As primeiras atividades foram a distribuição, aos funcionários, de folhetos contendo formas de economizar energia nas dependências do Senado e a afixação de pequenos cartazes com instruções no mesmo sentido. Nos próximos dias, a Secretaria providenciará a afixação de doze grandes cartazes nas áreas de maior circulação e nos prédios que sediam órgãos vinculados ao Senado, como o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen).

Hartung elogia suspensão de multas para quem descumprir racionamento

Ao comentar, em Plenário, a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de não multar os consumidores que descumprirem as medidas de racionamento de energia elétrica a serem anunciadas, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse que a decisão foi positiva para o país.

— Além de abortar um erro que estava por ser cometido, com prejuízos econômicos incalculáveis para o país, o governo federal parece ter ouvido a opinião pública e decidido que incentivar os cidadãos e o setor produtivo a economizar energia é mais prudente do que punir o excesso — disse o parlamentar.

Segundo o senador, o cidadão não poderia ser punido com a obrigação de pagar pelo descaso



Hartung: "Incentivar os cidadãos a economizar energia é mais prudente que punir o excesso"

dos últimos governos e do atual em relação ao setor de energia. A responsabilidade pela situação, acrescentou, é do Executivo, que nos últimos anos subestimou estudos que apontavam como insuficientes os investimentos em geração de energia elétrica frente ao aumento da demanda, da ordem

de 5% ao ano.

Hartung citou comentário de Dalmo Dallari, em que o jurista considera que a multa funcionaria como mais um imposto da União, por não estar especificado o tempo e nem o prazo que seria fixado para o racionamento. "O artigo 175 da Constituição diz que cabe ao Estado a garantia da prestação de serviços públicos sem prejuízo ao consumidor", segundo o jurista citado pelo senador.

— Para começar a tirar o setor dessa situação desconfortável para o cidadão e a nossa economia, seria importante neste momento o governo tentar romper o impasse do risco cambial para viabilizar a construção das 49 termelétricas a gás que estão projetadas — concluiu Hartung.

Ademir propõe isenção fiscal para lâmpadas fluorescentes

Projeto encabeçado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) e assinado por outros senadores concede imunidade tributária, por 15 anos, às lâmpadas fluorescentes e de sódio e aos insumos destinados à sua fabricação. A proposta é uma resposta à



Ademir Andrade: preço alto dificulta troca de lâmpadas

crise energética que atinge o país.

Para Ademir, a crise resulta da falta de planejamento e de uma política para o setor energético. A seu ver, "é evidente o descompasso entre a crescente demanda e a geração de energia, estagnada pela falta de investimentos desde 1995". O senador observa, na justificativa da proposta, que o retorno à normalidade não se dará da noite para o dia

e que o país obrigatoriamente deverá optar pela redução do consumo, como solução imediata para o problema.

Com a proposta, o senador disse que procura amenizar os efeitos "nefastos" da crise, já que a grande vantagem da utilização das lâmpadas fluorescentes e de sódio sobre as lâmpadas comuns é o menor consumo de energia. Dados dos fabricantes informam que as lâmpadas fluorescentes podem gerar economia de até 80% de energia, com a vantagem de durarem até 10 vezes mais. O preço, no entanto, é significativamente mais elevado do que o das lâmpadas comuns, o que inibe seu uso pelos consumidores.

Mauro faz críticas à venda de empresa elétrica goiana

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) rebateu ontem os argumentos utilizados para justificar a privatização da Centrais Elétricas de Goiás (Celg), como a inadimplência no pagamento da energia comprada às geradoras federais. Segundo o senador,



Mauro: "Argumento não convence a sociedade goiana"

o uso de subterfúgios políticos para não pagar essa energia representa um "péssimo exemplo", já que o governador de Goiás é do mesmo partido que o presidente da República.

— A dívida financeira da Celg, que inviabilizaria a continuação da empresa nas mãos do Estado, é argumento que definitivamente não convence a sociedade goiana. Prova disso é que o Conselho do Tribunal de Contas do Estado solicitou uma auditoria na empresa para verificar a sua real situação

econômico-financeira — revelou.

Mauro anunciou para o dia 25 a realização, em Goiânia, de um ato público contra a venda da Celg. O ato, conforme o senador, contará com a presença do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e do governador de

Minas Gerais, Itamar Franco. Contará também com o apoio de outros partidos, como PT e PCdoB, e lideranças sindicais.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse que a energia elétrica é o segundo fator no cálculo do chamado "custo Brasil". Ele lamentou que, no momento em que a indústria brasileira realiza um grande esforço para tornar-se competitiva no mercado internacional, o governo esteja "empurrando um racionamento".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 — *Agenda Econômica* — Júlio Miragaya, do Corecon/DF, fala sobre a Alca e o Mercosul
7h30 — *Entrevista* — O senador José Alencar fala sobre a infra-estrutura do Brasil
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
8h30 — *Saúde/Unip* — Andropausa
9h — *As Cores do Brasil* — Rio Grande do Sul
9h30 — *Entrevista* — O senador Moreira Mendes fala

sobre as mudanças no Código Florestal
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Futebol (gravado)
Logo após — Comissão de Educação (gravado)
19h30 — *Agenda Econômica* — Júlio Miragaya, do Corecon/DF, fala sobre a Alca e o Mercosul
20h30 — *Entrevista* — O senador José Alencar fala sobre a infra-estrutura do Brasil
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Emilia respondeu às críticas de representantes do Ministério da Educação, do Sesc e do Senai, que consideram o projeto extemporâneo

Emilia rebate críticas a projeto sobre educação profissional

Durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Educação para instruir projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que traça novas normas para a educação profissional no Brasil, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) rebateu as críticas que os representantes do Ministério da Educação, do Serviço Nacional do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional da Indústria (Senai) fizeram à matéria, por considerá-la extemporânea.

O projeto propõe a criação da Rede Nacional de Educação Profissional (Renap), que teria a função de integrar as redes federais, estaduais e municipais de educação profissional. Dutra também quer incluir as instituições da rede privada de educação profissional, organizações não-governamentais, entidades patronais, sindicatos de trabalhadores, associações comunitárias e equivalentes nessa grande rede.

Emilia discordou principalmente da professora Maria Beatriz Gomes da Silva, diretora do Programa de Articulação com os Sistemas de En-

sino do Ministério da Educação, e do professor Francisco Cordão, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Para eles, a educação profissionalizante atravessa um momento de transição nos termos propostos no capítulo 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que separa a educação de base (a propedêutica) da educação profissionalizante.

A senadora e a professora Tania Guerra, secretária-geral do Sindicato Nacional de Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação, defenderam a articulação entre a educação profissionalizante e a propedêutica, "na perspectiva de eliminar a dicotomia histórica entre o saber pensar e o saber fazer".

A audiência pública, proposta por Emilia, ainda contou com a participação de Joaquim Cardoso Lemos, consultor do Senac Nacional, e do professor Alberto Borges de Araújo, coordenador da Unidade de Conhecimento e Tecnologia do Senai.



Representantes do Fórum Nacional de Moradia desejam a aprovação do Estatuto das Cidades

Mauro recebe representantes do Fórum Nacional de Moradia

Representantes de nove entidades participantes do Fórum Nacional de Moradia foram recebidos ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), relator do projeto que institui o Estatuto das Cidades, em tramitação no Senado. O estatuto, explicou o senador, visa criar regras para um desenvolvimento harmônico dos centros urbanos brasileiros, por meio de ações nas áreas de transporte, saneamento básico e energia elétrica, garantindo sua função social e combatendo os

altos índices de violência, carência de moradias e desemprego.

Os representantes do fórum, que congrega arquitetos, engenheiros e representantes de organizações não-governamentais, manifestaram-se pela aprovação do estatuto como foi votado na Câmara dos Deputados. Mauro adiantou que dará parecer favorável à proposição. Acrescentou, entretanto, que ainda haverá uma audiência pública para discutir o projeto, no dia 22, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

CPI das ONGs ouvirá ministros e dirigentes de entidades

Roteiro de trabalho apresentado pela relatora, senadora Marluce Pinto, foi aprovado na primeira reunião da comissão

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs) aprovou seu roteiro de trabalho ontem, em sua primeira reunião. O roteiro, apresentado pela relatora da comissão, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), prevê a convocação de autoridades e representantes de entidades e o encaminhamento de ofícios a ministérios e órgãos do governo, solicitando diversas informações sobre as ONGs, como registros, convênios e campos de atuação.

Também serão encaminhados ofícios aos Ministérios Públicos federal e estaduais, assim como à Justiça Federal e aos Poderes Judiciários estaduais, sobre denúncias, processos e julgamentos contra organizações não-governamentais.

A senadora propôs a convocação dos generais Alceir Pereira Lopes, Gleuber Vieira e Alberto Cardoso, respectivamente comandante militar da Amazônia, comandante do Exército e ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Também devem ser chamados os ministros da Defesa, Geraldo Quintão, da Justiça, José Gregori, e o diretor da Polícia Federal, Agílio Monteiro.

Marluce Pinto sugeriu ainda a



Mozarildo Cavalcanti, presidente, e Marluce Pinto, relatora, na primeira reunião da CPI que investiga irregularidades na atuação de organizações não-governamentais

convocação de representantes de diversas ONGs, entre elas a Associação Amazônia, a Cooperíndio e o Conselho Indigenista de Roraima (CIR). A primeira, citada pelo presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), no requerimento que propôs a criação da comissão, é acusada de comprar 172 mil hectares de terras públicas no sul de Roraima e registrá-las em cartórios do Amazonas.

O senador informou que o vice-presidente da Cooperíndio foi preso na semana passada pela Polícia Federal com 300 quilos de tãntalita e três toneladas de ametista adquiridas irregularmente. Já o CIR é acusado de incitar tribos de índios contra outras tribos.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou, em nome do Blo-

co Oposição, requerimento solicitando, entre outras coisas, o comparecimento dos ministros da Saúde, José Serra, e do Meio Ambiente, Sarney Filho, para falarem sobre a ação das ONGs que trabalham em suas áreas de atuação. A senadora Marina Silva (PT-AC) ressaltou a importância de a investigação ser feita sem preconceitos:

— É preciso esclarecer a verdade, sem generalizações injustas — afirmou a representante do Acre.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) também apresentou um requerimento, solicitando ao Banco Central informações sobre o aporte de recursos estrangeiros para as ONGs no Brasil. Ambos os requerimentos serão votados na próxima reunião da comissão, marcada para daqui a duas semanas.

Mozarildo promete equilíbrio e serenidade

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) prometeu em Plenário, ontem, que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para apurar a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) na Amazônia fará um trabalho "sereno e equilibrado". Mozarildo preside a CPI, que tem como relatora a senadora Marluce Pinto.

— A CPI fará um trabalho judicioso, separando o joio do trigo. As ONGs sérias serão beneficiadas com

as investigações, pois hoje são atingidas pela ação nefasta de organizações que não têm interesse em servir ao país — disse.

Mozarildo pediu à Mesa que um projeto de sua autoria, que regula a atuação de ONGs no país, seja sobrestado, esperando a conclusão da CPI. Ele espera, assim, aperfeiçoar o projeto, que poderá impor condições para o funcionamento de ONGs. Para o senador, é preciso investigar que tipo de

ações tem sido desenvolvido por essas organizações e como recebem recursos.

Em relação às ONGs internacionais, Mozarildo manifestou preocupação com possível contrabando de riquezas da Região Norte, especialmente minérios. Ele mencionou nominalmente a ONG Coperíndio, cujo vice-presidente teria sido preso ao tentar contrabandear toneladas de tãntalita e de ametista.

BC poderá ser obrigado a prestar contas ao Senado

Conforme projeto aprovado ontem pela CCJ, o presidente do Banco Central terá de enviar à CAE, a cada três meses, relatórios sobre a inflação e, duas vezes ao ano, explicar pessoalmente a execução da política monetária e os seus resultados



Hartung é autor do projeto que garante ao Senado acompanhamento da política monetária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que obriga o presidente do Banco Central do Brasil a enviar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), a cada trimestre, relatórios sobre a inflação. A proposta estabelece ainda que o presidente da instituição compareça pessoalmente à CAE, duas vezes por ano, para explicar a execução da política monetária implan-

tada e os seus resultados.

Segundo o relator da matéria na CCJ, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), vários países adotam o acompanhamento parlamentar da política monetária. É o caso, citou, dos Estados Unidos e da Argentina. Mesmo em países em que não há a exigência legal de comparecimento ao Legislativo dos presidentes dos bancos centrais para prestar contas da política monetária, há a obrigatoriedade de emissão de relatórios semestrais ou

mesmo trimestrais, como na Inglaterra, Suécia, México e Chile.

Ainda na reunião de ontem, a CCJ concedeu ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE) vista do projeto de lei, relatado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), que cria uma série de facilidades ao comércio eletrônico. A proposta permite, inclusive, que sejam firmados contratos via Internet. Dutra quer se inteirar melhor das implicações práticas legais e comerciais do projeto.

Alberto Silva cobra reforma das rodovias

Ao salientar ontem a importância da malha rodoviária nacional na movimentação de cargas e passageiros, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) cobrou urgência do governo federal na reforma e reconstrução das estradas do país, a maioria delas em péssimo estado de conservação, afirmou.

Segundo o senador piauiense, a reparação das rodovias pode ser financiada diretamente pelos usuários de veículos por meio de uma taxa de R\$ 0,06 sobre o preço do litro do óleo diesel, cujo consumo anual é da ordem de 35 milhões de metros cúbicos.

— Sua arrecadação seria efetuada por ocasião da primeira venda do produto, isto é, na que as refinarias fazem para as distribuidoras, e transferida para uma conta bancária especialmente estabelecida para esse propósito, para constituir um fundo emergencial de financiamento do programa de reabilitação das estradas — explicou o parlamentar.

Alberto Silva citou pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) em que foram avaliados aspectos da conservação geral, sinalização, condições do pavimento e engenharia das rodovias. O estudo constatou que 66% das rodovias pesquisadas estão classificadas entre péssimo e deficiente estado de conservação.

De acordo com Alberto Silva, a partir da década de 1950 o governo investiu considerável montante de recursos públicos na construção de uma rede nacional de rodovias com o objetivo de criar uma base sólida para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Esses recursos, informou, foram conseguidos por meio de impostos e de empréstimos internacionais, e promoveram a construção de uma rede rodoviária de 70.749 quilômetros, dos quais 79% foram pavimentados.



Alberto: usuário pode financiar a reparação

CCJ aprova indicação de subprocuradora para o STJ

Com 15 votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a indicação da subprocuradora-geral da República Laurita Hilário Vaz para exercer o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O nome de Laurita foi encaminhado ao Senado pelo presidente da República e será agora submetido ao exame do Plenário.

Durante a sabatina a que foi submetida pelos senadores integrantes da CCJ, a subprocuradora-geral manifestou-se favoravelmente ao estabelecimento do controle externo do Poder Judiciário, conforme vem sendo discutido no âmbito da reforma do setor, em tramitação no Senado.

Laurita Hilário Vaz também pregou a contratação de novos juizes para garantir maior rapidez às decisões do Judiciário. E apresentou quatro sugestões para melhorar a situação dos presídios em todo o país. Em primeiro lugar, segundo Laurita, é necessário uma urgente apreciação dos pedidos de benefícios dos internos, de modo a evitar o encarceramento desnecessário. Em segundo, é preciso, defendeu, a adoção de penas alternativas, deixando a prisão apenas para os casos que envolvem periculosidade.

A subprocuradora sugeriu ainda um acompanhamento mais de perto dos condenados que não podem ter a pena subs-

tituída. Dessa forma, disse, seria aberta a oportunidade de remissão das penas mediante estudo e trabalho do preso. Foi proposta também a adaptação de prédios públicos, de modo a destiná-los ao cumprimento de regimes de semiliberdade.

Laurita não quis responder às perguntas relativas à instalação da CPI da Corrupção e à criação da Corregedoria Geral da República para apurar irregularidades no Executivo. Também não quis apontar o que consideraria os pontos negativos da proposta de reforma do Judiciário.

Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Gerson Camata (PMDB-ES), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Pedro Simon (PMDB-RS), além da senadora Heloísa Helena (PT-AL), mostraram-se preocupados principalmente com a morosidade da Justiça e seu difícil acesso para a população, especialmente os mais pobres.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) mostrou-se indignado em relação à impunidade de procuradores e juizes corruptos. A subprocuradora respondeu que talvez o melhor remédio para o caso seja a adoção do controle externo do Judiciário. Os senadores Iris Rezende (PMDB-GO), relator, e Maguito Vilela enaltecem o fato de Laurita Hilário Vaz, a caminho de tornar-se a primeira mulher ministro do STJ, ser goiana e ter começado sua vida como professora primária no município de Trindade (GO).



A subprocuradora-geral da República Laurita Hilário Vaz foi sabatinada antes de ter seu nome aprovado pela CCJ

Comissão altera nome da Universidade do Amazonas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei de autoria do seu presidente, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), alterando o nome da Universidade do Amazonas, com sede em Manaus, para evitar confusão com outros centros de ensino particulares. A instituição passará a se chamar Universidade Federal do Amazonas.

Em seu parecer, lido perante a comissão, o relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG), disse que a ausência do designativo "federal" no nome da universidade vinha provocando confusão entre aquela escola e a Universidade da Amazônia, instituição privada de ensino superior, localizada em Belém, capital do Pará.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Carlos Wilson, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti